

As Forças Armadas na mira do Serviço Secreto do DOPS-SP : golpe e contragolpe (1955-1956)*

Nilo Dias de Oliveira**

O debate que ocorria na sociedade civil sobre as liberdades democráticas a partir da Constituição de 46 como também a sua grande movimentação a partir dos anos 50, colocava as Forças Armadas em prontidão. Tanto os *sorbonistas*¹ ligados à Escola Superior de Guerra (ESG), como os *nacionalistas*² ligados ao getulismo, vislumbravam uma conjuntura de crise institucional, urgindo a necessidade de um golpe corretivo para garantir segundo eles, a democracia e os valores nacionais.

Dentro desta articulação da sociedade civil, respaldado no espectro da Guerra Fria, o fantasma de uma conspiração comunista era visto em todas as organizações, em todos os lugares, sendo exemplo disso a vigilância das informações dos comandos militares monitoradas pelos agentes do Serviço Secreto da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo - DOPS-SP. A documentação a seguir demonstra esta prática como também a paranóia anticomunista de considerar que a possibilidade de uma articulação revolucionária no país era iminente, caso não houvesse cerceamentos aos movimentos sociais.

A contradição desse período, já bastante analisada do ponto de vista das perseguições ao Partido Comunista, é a convivência de “liberdades democráticas” com propostas de fechamento do “regime”. No interior das Forças Armadas, na medida em que as denúncias sobre a infiltração comunista na caserna e nas instituições tomavam

* Este texto é um resumo do artigo do mesmo nome publicado na Revista Antíteses da Universidade Estadual de Londrina. Dossiê "História e Defesa". Coordenado pelo Prof. Dr. Celso Castro, diretor do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Correspondente ao v. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009.

** Doutorando em História Social pela PUC-SP. Integrante do Centro de Estudos de História Latino-americana – CEHAL e do Núcleo de Estudos de história: trabalho, ideologia e poder – NEHTIP, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Email: nilodiasoliveira@gmail.com

¹ A partir da década de 50 o debate no interior das Forças Armadas era intenso a respeito dos caminhos do país em rumo à industrialização e a busca de apoio norte americano para o desenvolvimento bélico e estratégico das Forças Armadas no continente latino americano. Uma das facções mais importantes era os *sorbonistas*, essa ala do exército tinha verdadeira ojeriza pelos simpatizantes das idéias getulistas, e a aproximação do povo nas decisões governamentais. Acreditavam piamente que as Forças Armadas era a única instituição capaz de governar o país.

² Os *nacionalistas* que eram a facção do exército simpatizante com as idéias getulistas, contrários à intervenção militar na política, e que consideravam necessário garantir o desenvolvimento da nação um pouco mais distante do poderio do capital internacional.

conta do noticiário, não houve mais trégua; enquanto o expurgo³ acontecia nas hostes militares, setores das Forças Armadas se mantinham de prontidão, aguardando as condições favoráveis para desenfrear a “derrubada” do governo. São tão notórias as notícias na imprensa, que chega a se banalizar a possibilidade sempre iminente de um golpe militar. Diante desta lógica a associação entre comunismo, getulismo e nacionalismo vai assim sendo gestada⁴, e tais censores não apenas a registram como ajudam a consolidá-la, e, no seu entender, a encontram em todos os lugares, tanto entre os civis quanto entre os militares. Para tanto, os serviços de inteligência, à volta do Estado de Direito e do retorno do próprio Vargas ao poder, a articulação do movimento sindical, o retorno à cena política do Partido Comunista, a aplicação das leis trabalhistas, a liberdade de organização e manifestação e a própria Justiça do Trabalho, passaram a ser considerados sintomas nefastos e perigosos à democracia. Essa nova realidade de liberdades democráticas e a tolerância de certos círculos oficiais em relação às atividades comunistas, para os segmentos mais conservadores, propiciavam cada vez mais a infiltração comunista:

³Durante a década de 50 houve um grande expurgo nas Forças Armadas dos oficiais e praças acusados de pertencerem ou serem simpáticos ao PCB: ver OLIVEIRA, Nilo Dias., o 4º capítulo da Dissertação de Mestrado: *A vigilância da DOPS às Forças Armadas (Brasil – década de 1950) sistema repressivo num Estado de natureza autocrática*. Dissertação defendida em novembro de 2008 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

⁴Conforme observa Ângela de Castro Gomes, “o que se pode observar naquele momento é que, mais uma vez, estreitou-se a relação ambígua entre getulismo e trabalhismo. Vargas, mesmo não sendo o candidato do PTB e sim da coligação PTB-PSD, voltava à cena política pelas mãos do trabalhismo, que ele mesmo construiu durante o Estado Novo. Partido, ideologia e líder, ao mesmo tempo que se associavam, não eram a mesma coisa, mantendo áreas de tensão entre si.”. (GOMES, 2002: 8).

*os antigetulistas e os anticomunistas civis e militares, em número cada dia maior, declaram-se solidários com o almirante Penna Botto. Não padece de dúvida que muitos dos seguidores do irrequieto marinheiro estão mais interessados na destruição de Vargas do que na de Prestes.*⁵

Desta maneira a polarização política era inevitável, pois na mesma medida que se formavam entidades que se colocavam como *nacionalistas*, preocupadas com os destinos do país, como o *Movimento em Defesa do Monopólio do Petróleo*, a *Luta Contra o Acordo Militar Brasil Estados Unidos*, *Contra a Carestia*, etc. também se articulavam entidades reacionárias ligadas ao pensamento militar, como a *Cruzada Nacional Contra o Comunismo* fundada em 1952 pelo almirante Penna Botto e o *Clube da Lanterna* fundado em 1953 pelo jornalista Amaral Netto, grande colaborador de Lacerda.

Em documento reservado do Serviço Secreto de 26 de janeiro de 1953, o censor informa que a *Cruzada Nacional Contra o Comunismo* tinha apoio de renomados generais das Forças Armadas entre eles: general Canrobert, Juarez Távora e Cordeiro de Farias, e que o almirante Penna Botto fizera graves acusações contra funcionários públicos titulares de importantes cargos nos diversos ministérios e que teriam cooperado com o Partido Comunista.⁶ O censor comenta ainda que tanto Getúlio Vargas como os “chefões do PTB” não viam com bons olhos esse movimento:

*os maiores do petebismo estão firmemente convencidos de que uma vigorosa campanha anticomunista, seguida de um expurgo do funcionalismo federal, tornará o governo, ou melhor o Dr. Getúlio, impopular. Conseqüentemente o Almirante e a sua cruzada são combatidos pelos petebistas mais chegados ao presidente da república.*⁷

Conforme a historiografia já aponta, o ano de 1953 foi marcado por uma crescente tensão política e social e dificuldades inesperadas para o governo Vargas. Em janeiro daquele ano o Brasil sentiu imediatamente os reflexos da mudança nas políticas estadunidenses em relação ao Brasil nas quais, até então, Getúlio havia apostado para obter financiamentos para a implantação de indústrias de base. Entretanto, os planos de cooperação econômica foram praticamente abandonados pelo governo do presidente Dwight Eisenhower. Em vez disso, a política para a América Latina, conduzida pelo secretário de Estado John Foster Dulles, caracterizou-se pelo reforço do anticomunismo e pelo combate aos movimentos de cunho mais nacionalista, plataformas políticas que o

⁵ Relatório Reservado, Dossiê DEOPS, 50.Z.09, documento nº 200, 26/01/1953.

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem.

governo Vargas não abraçava naquele momento devido à necessidade que se impunha de se fortalecer internamente com apoio dos movimentos sindicais e dos trabalhadores em geral.

Sequer medidas restritivas às reivindicações populares, como a “Lei sobre os crimes contra o Estado e a ordem política e social”, editada em janeiro de 1953 visando a “segurança nacional”, pela qual eram passíveis de punição aqueles que convocavam ou realizavam comício ou reunião pública a céu aberto, em lugar não autorizado pela polícia, colocou-o como uma pessoa de confiança para o governo norte-americano, a que se somava a desconfiança do empresariado com as “concessões” deste governo às reivindicações dos trabalhadores. De fato estes, com a inflação e, conseqüentemente, a elevação acelerada do custo de vida tiveram motivos suficientes para não permanecerem na imobilidade a que haviam sido obrigadas no longo período bonapartista recém distendido. Em janeiro de 1953, irrompeu no Rio a primeira de uma série de greves de trabalhadores: os operários têxteis exigiram um aumento salarial de 60%. Com a mediação do governo, conseguiram 42% de aumento. De imediato, as associações empresariais comerciais e industriais manifestaram sua preocupação com a política econômica e a liberdade de ação concedida aos sindicatos.

Assim, apesar dessa dualidade de posições do governo, as concessões salariais que, por um lado, expressavam a aproximação com os trabalhadores para garantir a sustentabilidade do seu governo, reforçado pela presença do trabalhista João Goulart; por outro, punham de guarda a débil burguesia que manifestavam sua face mais conservadora, fazendo coro com os boatos sobre sua aproximação com os comunistas.

As Forças Armadas, por sua vez, concluíam que o seu antigetulismo não era em vão, pois a aproximação com a classe operária representava sempre um perigo de infiltração comunista na nação. Apesar de Getúlio ser também um representante da ordem liberal, seu conservadorismo não mais se coadunava com os interesses das classes dominantes, que tendiam cada vez mais a apregoar medidas mais radicais que só poderiam ser, segundo tal lógica, capitaneada pelos militares.

Na medida em que as contradições se aguçavam, os informes sobre os boatos começam a “ganhar corpo”, revelando a movimentação tanto dos militares, quanto desses segmentos da burguesia, para um efetivo “golpe”, o que é relatado e, pelo teor do relatório, apoiado, pelos agentes do sistema de vigilância, em 1954:

*Confirmando meus relatórios anteriores, tornou-se público o movimento militar contra o movimento de infiltração sindicalista “jangujista”, com os objetivos já conhecidos pela nação. O manifesto do exército, segundo consegui apurar é um protesto advertência contra o golpe em perspectiva onde os coronéis afirmaram que o Exército Nacional a exemplo de 29 de outubro, hoje mais unido que nunca, estará de prontidão contra qualquer golpe, parta donde partir.*⁸

Aproveitando o clima golpista, nada melhor do que associar a defesa da nação à defesa dos interesses corporativos, já que, o manifesto a que se refere o censor conhecido como o *Manifesto dos Coronéis*, assinado por 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis e dirigido em fevereiro de 1954 à alta hierarquia militar, era um protesto contra a exigüidade dos recursos destinados ao Exército e a proposta governamental de elevação do salário mínimo dos operários em 100%. O redator do manifesto fora o tenente-coronel Golbery de Couto e Silva membro da *Cruzada Democrática*⁹, ambos ferrenhos adversários de Getúlio Vargas e de sua política de aproximação com o sindicalismo. Esse documento teve grande repercussão e contribuiu decisivamente para a demissão, tanto do ministro da Guerra, general Ciro do Espírito Santo Cardoso, quanto o do Trabalho, João Goulart, além de gerar outro documento, um memorial de apoio dos militares a Getúlio.

Embora o Manifesto não propusesse qualquer medida radical, ao ser publicado na Tribuna da Imprensa, o editor deste jornal coloca “lenha na fogueira” em favor da instabilidade constitucional em curso, fazendo preleções, juntamente com a União Democrática Nacional (UDN), a favor de um golpe que afastasse Getúlio do poder. O jornalista associava tais manifestações à dubiedade de Vargas que, segundo ele, além de não resolver as contendas, nem de controlar as Forças Armadas, ainda facilitaria a infiltração de ideologias estranhas à nação. Segundo suas declarações,

o clima de negociatas, que envolve o país e até mesmo o exército, exige que se oponham sólidas barreiras, que lhe detenham o transbordamento dentro das classes armadas, cujo padrão de honestidade e decore administrativo, só se poderá manter se, além de rigorosas normas de administração e controle, vigorar alerta um espírito coletivo de decidida contenção e repulsa contra

⁸ Ibidem, documento nº 228, 19/02/1954.

⁹ Movimento organizado em março de 1952 por militares da corrente conservadora das forças armadas, com o objetivo de derrotar a chapa nacionalista Estillac Leal - Horta Barbosa, que tentava a reeleição para a presidência do Clube Militar. A vitória da Cruzada em duas eleições seguidas levou à presidência do Clube os generais Alcides Etchegoyen (1952-1954) e Canrobert Pereira da Costa (1954-1955). Derrotados pelo Movimento do 11 de Novembro de 1955, os militares da Cruzada Democrática continuariam atuando dentro e fora do Clube Militar, mas só voltariam ao poder em 1962. Em 1964, iriam participar do golpe que depôs João Goulart da presidência da República.

quaisquer desmandos – afirma a certa altura o Memorial dos Coronéis, do qual publicamos os pontos principais. [...] é necessário um testemunho público da firme decisão de solucionar os problemas nacionais [...] a preparação do exército tem evoluído, ameaçando a segurança nacional [...] é necessário robustecer a classe contra tendências desagregadoras e a ameaça de infiltração de ideologias antidemocráticas ou do espírito de partidarismo político.¹⁰

Observa-se assim o quanto as forças dominantes, tanto civis quanto militares, se põem em alerta por causa da vigência da institucionalidade constitucional e nesta guarda, qualquer manifestação ou circunstância é considerada um fator de ameaça à sua dominação, fazendo-se necessário articular-se em defesa dos seus interesses. Conforme já analisava um repórter em 1954, em relação à presença dos militares no cenário nacional,

Quem quiser estudar nossa História, basta apenas acompanhar as “questões militares”. Todos os outros problemas são corolários dessas “questões”. Assim foi no Império. Sobre uma “questão militar” erigiu-se a República. Outra “questão militar” (prisão de Hermes) gerou o tenentismo e, em consequência a Revolução de 1930. O Estado Novo foi, sobretudo um problema militar, assim como a sua queda, o “29 de outubro”. Agora, o Memorial dos Coronéis com suas poderosas e bem armadas 82 assinaturas está dando o que pensar.¹¹

Aproveitando o clima e também contribuindo para acirrar a contraditória institucionalidade constitucional, são encaminhados, novamente, projetos de lei que definem novas medidas restritivas, agora às liberdades de representação, como, por exemplo, a proposta apresentada em 1954, por um senador, Dário Cardoso, que visava impedir o registro de candidatos suspeitos de pertencerem a partidos políticos “ilegais”. As objeções ao projeto feitas em plenário e suas denúncias sobre a vinculação destes cerceamentos aos interesses norte americanos, foram todas anotadas pelos censores infiltrados na Assembléia, com a devida observação que as mobilizações populares contra a proposta consistiam em uma demonstração da articulação do PCB com os operários.¹²

¹⁰ Recorte do jornal *Tribuna da Imprensa*, 24/02/1954, anexo ao Relatório Reservado, Dossiê DEOPS 50.Z.09 documento nº 230.

¹¹ Recorte do jornal *Diário da Noite*, 21/05/1954, anexo ao “Relatório Reservado” Dossiê DEOPS 50.Z.09 documento nº 246

¹² Relatório nº 470, 24/06/1954, do S“OG” (foi mantido a grafia original do documento, não há referencia no documento a esta sigla, acredito que esta seja ou uma identificação do agente que elaborou o relatório, ou então alguma nomenclatura interna dos departamentos ou seções do DOPS-SP). Relatório Reservado, Dossiê DEOPS 50.Z.09 documento nº 252, p. 2.

Assim, concluía o censor apoiando-se nas palavras de um deputado, “o clima (era) revolucionário, aliás, profundamente revolucionário”, pois se de um lado ele detectava que “uma grande maioria dos oficiais e generais (...) (estavam) ao lado dos imperialistas e contra os comunistas”, por outro, havia os que se posicionavam “contra a camarilha de Getulio Vargas e contra o grupo de generais partidários do acordo militar Brasileiro-EE.UU.”, os quais, ainda segundo afirmava o deputado e com o que ele concordava, “prepara(m) um golpe”.¹³

Observa-se que, para cada um desses interlocutores e até mesmo para os integrantes do tão citado e vigiado Partido Comunista,¹⁴ as movimentações sociais levavam a um “clima de guerra” e de fato, “golpes brancos” já estavam sendo aplicados no Congresso e na Câmara Federal, através de pressões das bancadas conservadoras para ampliar as já vigentes restrições às liberdades liberais. O maior exemplo disto é o pedido de *impeachment* à Getúlio, encetada pela coligação Partido Libertador, Partido Republicano e Partido Democrata Cristão, liderada pela União Democrática Nacional, em 1954 e na qual já figura como um dos mentores, o antigo varguista e ex tenentista, brigadeiro Eduardo Gomes¹⁵.

Por outro lado, observa-se o crescimento do movimento operário que recrudesce após a ditadura varguista, ante a falta de cumprimento das leis trabalhistas, a continuidade do cerceamento à liberdades de organização e expressão, e principalmente a corrosão salarial frente a inflação. Quando nesse mesmo ano o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela inconstitucionalidade do aumento do salário mínimo, alegando que muitos empregadores não poderiam arcar com os seus custos, explodiram movimentos grevistas e ameaças de greve por todo o país. Essa reação pareceu à UDN confirmar suas previsões de que Getúlio orquestrava um novo golpe ditatorial:

¹³ Relatório nº 470, 24/06/1954, S”OG” Relatório Reservado, Dossiê DEOPS, 50.Z.09, documento nº 252, pp. 2 e 3.

¹⁴ Ibidem. Encontra-se neste documento a descrição da tentativa deste partido de lançar uma nova frente ampla em defesa da democracia.

¹⁵ O ex tenentista Eduardo Gomes, vinculado à aeronáutica, integrara a Coluna Prestes, participara do governo Vargas e na sequencia integrou-se à UDN, pela qual se candidatou ao pleito de 1945, no qual saiu vencedor Dutra. Perde novamente para Getúlio em 1950 e passa a articular-se contra este a partir de 1954 e posteriormente será um dos conspiradores do golpe militar de 1964.

*A pretexto da concessão de um salário mínimo, que ninguém honestamente se lembraria de negar, mas que deve ser fixado com justiça e alta equidade, a luta de classes está sendo preparada e vai ser desfechada pelo Sr. presidente da República. O momento, que ninguém se iluda, é pré-revolucionário e a revolução está sendo dirigida pelo Catete.*¹⁶

Na seqüência, o conhecido episódio envolvendo um possível atentado a Carlos Lacerda em agosto de 54, consolidou, para essa lógica, os motivos para o golpe, resultando na articulação desses setores dominantes da burguesia que, respaldados pelas Forças Armadas unificadas, pedem a saída do presidente. Assim, o golpe bonapartista¹⁷ se configura mais uma vez, com os militares assumindo a condução das estratégias e do anúncio à nação:

Os abaixo-assinados, oficiais-generais do Exército, conscientes de seus deveres e responsabilidades perante a Nação, honrando compromissos públicos e livremente assumidos, e solidarizando-se com o pensamento dos camaradas da Aeronáutica e da Marinha, declaram julgar, em consciência, como melhor caminho para tranqüilizar o povo e manter unidas as Forças Armadas, a renúncia do atual presidente da República, processando-se a sua substituição de acordo com os preceitos constitucionais. (NOVAES, 1983: 305).

Diante disso, neste clima de perda de apoio político ou, melhor, militar, ocorre a fragilização da fração das Forças Armadas que davam sustentação à ditadura varguista, conforme afirma José Murilo de Carvalho,

A organização militar que se alterava profundamente na estrutura, na ideologia e no poder político por força do próprio acordo com Vargas, mostrou-se incompatível com a reorientação ideológica e política do presidente. Incompatível, sobretudo, com a tentativa de mobilizar novo ator político, o operariado. A partir daí, a luta foi sem trégua. A morte de Vargas em 1954 não pôs fim ao conflito, pois se passou então a combater sua herança política, ou seu fantasma que se diziam encarnados em Juscelino Kubitscheck e João Goulart. Em 1964, travou-se a batalha final que deu a vitória à facção militar anti Vargas e a seus aliados civis, abrindo-se novo ciclo político na história do país. (CARVALHO, 2005: 102).

Tal certo assim que o desaparecimento de Vargas do cenário político não cessou o antigetulismo que já tomara o mesmo significado de anticomunismo, pois o problema não era Getúlio, propriamente dito, mas sim, a abertura para a vigência da

¹⁶ Disponível em < http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5458_50.asp > acesso em 06/03/2009.

¹⁷ José Chasin aponta para o caráter *bonapartista do Estado* que revela possuir, à semelhança do que foi Marx quando analisa o golpe militar na França de Luís Bonaparte, em 1851. Assim como lá, observa Chasin que, a incapacidade da burguesia de assegurar sua dominação em relação aos trabalhadores no terreno democrático, a impele a alianças com as Forças Armadas, colocando em prática formas de violência que se traduzem, principalmente, no terrorismo de Estado, instituído como novas condições de existência para o metabolismo social.

institucionalidade constitucional que a autocracia não conseguia suportar. Pois esta permitia a veiculação de idéias para o desenvolvimento nacional que, mesmo que não propusessem a ruptura com o capitalismo, colocavam sugestões que poderiam por em risco a restrita correlação de forças que os sustentava no poder e na condução da política econômica e social para o país.¹⁸

Os ensaios da passagem da autocracia institucional para a autocracia bonapartista: agentes da DOPS, militares, políticos, empresários e o FBI.

Após a queda do *Estado Novo*, a distensão no poder político que possibilitava a ampliação das manifestações e da expressão de opiniões sobre a coisa pública, colocava os grupos mais conservadores, tanto entre os empresários, quanto entre os militares, quanto entre intelectuais e integrantes do “poder público”, em prontidão, transformando seus receios de perda do controle político e social em articulações com grupos que tinham uma aproximação ideológica similar que defendessem aquele *status quo* contra qualquer reivindicação de mudança política.

A principal evidência destes movimentos está no surgimento ou fortalecimento de grupos cuja ideologia se expressa claramente na documentação apreendida pelos censores de plantão, que, com isto, mapeiam a correlação de forças que configura o movimento pendular que ocorre neste período entre os que defendem a institucionalidade constitucional e os que consideram necessário um golpe de contornos bonapartistas.

Assim, observa-se a formação, de um lado dos que apoiavam a medida interventora dos militares na política, como os integrantes do *Clube da Lanterna*, os da *Cruzada Democrática*, os do *Movimento de Recuperação Nacional* (MRN) e a *Frente Militar Revolucionária* (FMR). De outro lado, os defensores da legalidade constitucional, o Movimento Militar Constitucionalista (MMC).

A preocupação principal dos integrantes do MMC era a de contrapor-se aos

¹⁸ Conforme Ivan Cotrin, recuperando Chasin: “de forma sumária, temos que a autocracia burguesa institucionalizada é a forma de dominação burguesa em ‘tempos de paz’, o bonapartismo é a forma da dominação burguesa em ‘tempos de guerra’. E na proporção em que, na guerra de classes, a paz e a guerra sucedem-se continuamente, no caso brasileiro, no caso da objetivação do capitalismo pela via colonial, as formas burguesas de dominação política oscilam e se alternam entre diversos graus do bonapartismo e da autocracia burguesa institucionalizada, como toda a nossa história republicana evidencia” (CHASIN, 2000: 128);

golpistas porque, além da movimentação da caserna, pululavam nos jornais acusações de fraude eleitoral em estados como Minas Gerais, Maranhão, Espírito Santo e do Rio de Janeiro, assim como boatos de adesão e mesmo compra de votos comunistas, além da velha associação de Goulart a Getúlio através de notícias sobre articulações do vice com o líder argentino Juan Domingues Perón. Tudo isto, temiam eles, poderia levar o poder judiciário a manifestar-se contra a posse de Juscelino e Jango e, para garanti-los, estes não se furtavam a desencadear também, uma reação armada para o total êxito da campanha”.¹⁹

Particularmente porque o espectro golpista advinha da articulação entre a cúpula militar e a UDN e a importância desses dois segmentos era motivo para que se ficasse alerta ante as manobras, algumas das quais revitalizavam táticas que no passado haviam surtido muito efeito, como, por exemplo, reeditar um “Plano Cohem 2” que se iniciaria com um boato sobre roubo de armas e munições de um depósito do exército associado a notícias sobre a articulação dos comunistas, assim como divulgar informações falsas sobre ações policiais. Conforme informa o integrante do MMC sobre estas articulações:

Vencida a questão da cédula única, que, de modo algum satisfiz o bloco udeno-corono-golpista, pois, segundo eles não é capaz de evitar a “fraude” e a “corrupção”, apesar das afirmativas em contrário, particularmente, dos magistrados, passou o citado bloco a “operar” outros pretextos. Assim, as teses do parlamentarismo e da maioria absoluta foram agitadas, sem sucesso. Entra agora em cena o colegiado, para o qual, os prognósticos não são bons. Mas é bom pretexto, e, por isso, vai ser explorado. Pretexto, todavia, melhor, por servir diretamente ao golpe, é o propalado acordo do PSD-PTB com o comunismo. O MNPT²⁰ é encarado como antena ostensiva do PCB, e, dado o apoio que dá aos senhores Juscelino e Jango, serve, sob medida, à exploração. Todos sabemos que o comunismo é o ponto chave e último recurso para se tentar a formação de um quadro propício do golpe de Estado. Foi assim em 37 (Plano Cohen); assim será tentado agora (Plano Cohen nº2, modelo 1955, em preparação). Nos últimos dias um roubo de armas e munições em depósito do exército, está sendo desviado, de fato meramente policial e até comuns, para servir a finalidades políticas.²¹

Os divulgadores do golpe atuavam nos principais meios de comunicação de massa da década de 50 e, neste sentido, contavam com o apoio de um Assis Chateaubriand, de Roberto Marinho e do próprio Carlos Lacerda, então proprietário do jornal *Tribuna da*

¹⁹ AAP 55.09.10 MMC FGV-CPDOC. *Comunicado contra o MMC, sem data e autoria.* Arquivo pessoal do deputado Augusto do Amaral Peixoto.

²⁰ Ligado ao PTB

²¹ AAP 55.09.10 MMC FGV-CPDOC. *Comunicado do MMC de 28/10/1955.* Arquivo pessoal do deputado Augusto do Amaral Peixoto.

Imprensa. A estratégia seria a de difamar os que estavam a favor da legalidade constitucional associando-os ao comunismo.

Para coroar esta emaranhada correlação de forças que se manifestava através dos diferentes sujeitos sociais em tela, observa-se também a presença dos que protegem os interesses do capital norte-americano que se confunde, neste caso, com a política da Guerra Fria liderada pelos Estados Unidos. Refiro-me às notícias sobre a presença de agentes da Agência Federal de Investigações (FBI), o braço investigativo do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, seu apoio a Lacerda e suas atividades policiais aqui no Brasil e nos outros países latino americanos:

O detetive Borér, é o representante do FBI no Brasil, tem contacto semanal com um agente americano, encontrando-se na própria polícia militar. [...] O FBI tem no Brasil, agindo aqui do DF, 3 agentes americanos, 2 russos, 2 ingleses e 2 argentinos; as informações destes agentes são transmitidas nas fronteiras do Rio Grande do Sul e Território do Rio Branco. Estão hospedados em luxuosos hotéis de Copacabana como turistas. [...] Um dos agentes do FBI que faz a cobertura de Carlos de Lacerda é também agente de ligação com os países da América do Sul, chama-se Stefam Baciu, é de nacionalidade romena, foi criminoso de guerra e se intitula redator da “(‘)Tribuna da Imprensa”. É pago pela embaixada norte-americana.²²

A preocupação dessa rede de espionagem no país e que se estendia a outros países latino-americanos não era somente com a ameaça do comunismo. O monitoramento de tais agentes na consolidação de nossa política anticomunista visava também a defesa de interesses multinacionais na perspectiva do capital monopolista dependente. Aqui, no caso, a Standart Oil Company, a gigante petrolífera do grupo americano Rockefeller, que além de bancar as despesas com esses agentes da inteligência americana, financiava também as campanhas eleitorais de candidatos afinados com a introdução do capital multinacional no Brasil, como o general Juarez Távora, fiel representante desses interesses na cúpula do Alto Comando Militar e na sua plataforma política no pleito presidencial de 1955, como também o deputado Carlos Lacerda, fiel representante da imprensa a favor da presença norte-americana no país:

Carlos de Lacerda conta com o apoio da Standart Oil que deseja salvar o vultuoso capital empregado na campanha do Gen Juarez Távora e despesas também com o próprio Carlos de Lacerda que vem sendo custeada pela mesma empresa. [...] ((...)) A Standart Oil²³ dá à secção trabalhista da

²² AAP 55.09.10 MMC FGV-CPDOC. *Comunicado do MMC de 28/10/1955.* Arquivo pessoal do deputado Augusto do Amaral Peixoto

²³ A Standart Oil, fundada pelo magnata John Davison Rockefeller, instalou-se no Brasil desde 1895 e em 1912 era a distribuidora de gasolina e querosene em latas e tambores no país e nesta condição continua nas décadas seguintes, mesmo com a instalação das bombas de gasolina. A política estatista

*DOPS, uma determinada importância em dinheiro para custear as despesas com o pessoal da polícia que faz a cobertura de Carlos de Lacerda.*²⁴

Denuncia o comunicado do agente do MMC que Carlos Lacerda recebera suborno da Standart Oil assim como outras personalidades públicas como João Neves da Fontoura, na época jornalista do *O Globo*²⁵:

*Carlos de Lacerda foi chamado pela Standart Oil que colocou a sua disposição a “Caixinha” para que o mesmo procurasse se entender com o Dr. João Neves da Fontoura, a fim de articular novos aumentos de seus produtos, visando principalmente a gasolina.*²⁶

Evidencia-se assim que as propostas de manutenção do *status quo* nada mais eram do que a expressão da forma autocrática da burguesia, sempre aliada às Forças Armadas para fazer valer seus interesses e privilégios de classe na lógica do capitalismo monopolista. Nessa perspectiva não é de surpreender que um deputado naquele período viesse a público defender uma “ditadura de terror”, mesmo que este deputado fosse o conhecido Carlos Lacerda:

*Diz Carlos de Lacerda: “estamos fracassados, mas não percamos as esperanças, vamos tentar novos golpes; os recursos da UDN contra as eleições, em si, representam uma tentativa de golpes contra a constituição; para que possamos legalizar uma ditadura de terror, teremos que lutar de qualquer jeito contra a maioria absoluta, bem como a nulidade das eleições; o nosso objetivo é que o país volte a ditadura.”[...] Houve um aparteante que perguntou a Carlos de Lacerda: “e se os Srs. Juscelino e Jango nos procurasse?”, recebeu a seguinte resposta: “não interessa, o que nós queremos é ser Professor e com boas Pastas”.*²⁷

A grande pedra no caminho dos golpistas foi mesmo a figura do general Lott que, no Ministério da Guerra, representava um bastião na defesa da institucionalidade constitucional e cuja renúncia, conforme avaliava o mesmo agente do MMC, poderia

de Getúlio, a partir de 1938, garante ao Estado a propriedade das reservas de petróleo do subsolo nacional e das refinarias, mas os prejuízos da empresa só se iniciam a partir da década de 50 com a criação da Petrobrás, após a campanha “O petróleo é nosso”, que mobilizou a população em comícios e manifestações a favor do monopólio da Petrobrás.

²⁴ AAP 55.09.10 MMC FGV-CPDOC. *Comunicado do MMC de 28/10/1955*. Arquivo pessoal do deputado Augusto do Amaral Peixoto

²⁵ Advogado de carreira política desde a década de 20, participou do Movimento Tenentista em 1924 e ocupou vários cargos políticos durante os governos de Getúlio Vargas. Na qualidade de Ministro das Relações Exteriores (1951-1953) implantou uma política de irrestrito alinhamento externo aos Estados Unidos. Na segunda metade da década de 50 limitou sua atuação política aos artigos escritos para o jornal *O Globo*, marcados por conteúdo fortemente conservador.

²⁶ AAP 55.09.10 MMC FGV-CPDOC. *Comunicado do MMC de 03/11/1955*. Arquivo pessoal do deputado Augusto do Amaral Peixoto

²⁷ AAP 55.09.10 MMC FGV-CPDOC. *Comunicado do MMC de 03/11/1955*. Arquivo pessoal do deputado Augusto do Amaral Peixoto

gerar um estado de guerra civil. Daí ter sido aconselhado por seus correligionários, a resistir às pressões advindas do presidente e a permanecer no cargo: “Já sabe que o general Lott não pode sair do ministério da guerra que, caso acontecesse provocaria uma guerra civil”²⁸ pois sua saída significaria a substituição dos comandantes de corpos de guarnição da capital federal.

A correlação de forças até agora descrita demonstra claramente como, de um lado, se posicionaram os setores mais conservadores e reacionários, representados pela UDN, o *Clube da Lanterna* e os setores militares ligados a ESG e o papel de articulador que coube a Lacerda. De outro, os defensores da institucionalidade que, conforme aponta a historiografia, seriam os nacionalistas, ou democratas, também com representação nos diferentes segmentos da sociedade civil com acesso ao poder político.

As articulações contra a manutenção de um regime baseado nos preceitos constitucionais não se esgotaram após o presidente eleito, JK assumir o posto com a ajuda das Forças Armadas do exército, capitaneados pelo general Lott, na qualidade de Ministro da Guerra do governo anterior que não teve forças para demiti-lo.

Apesar de arrefecidas as articulações do *Clube da Lanterna* não desaparecem, pelo contrário, somam forças com novos grupos que surgem no cenário político, como o Movimento de Recuperação Nacional (MRN) que, apesar dos candidatos terem sido empossados em janeiro de 1956 e reconhecidos pelo tribunal competente, voltam a alegar a inconstitucionalidade dos resultados do pleito.

Para o MRN a vitória de JK seria fruto de um golpe patrocinado pelo general Lott, considerado mais uma vez o inimigo público nº 1 do Brasil responsável juntamente com Juscelino e Goulart por todas as mazelas nacionais, pois se mostravam incapazes de resolver a grave situação do país criada na maior parte por eles próprios. O país acha-se imerso num verdadeiro mangue de dificuldades, tão grandes que só um grande esforço das elites poderá tirá-lo da confusão reinante”²⁹.

Apesar de todas estas preparações e diagnósticos, observa-se que os militares deste grupo consideravam que o maior empecilho para um golpe era a falta de coesão entre as três Forças Armadas, já que o exército apoiava a manutenção da ordem pautada

²⁸ Ibidem.

²⁹ JT dpf 1956.09.25 FGV-CPDOC. Comunicado do Movimento de Recuperação Nacional de Março/1956, documento 01. Arquivo pessoal do General Juarez Távora.

na Constituição –“a restauração da oligarquia getulista”– enquanto a aeronáutica e a marinha consideravam que era um risco mantê-la sem a sua intervenção.³⁰

Como os *sorbonistas* a idéia de saneamento social implicaria no expurgo total do “cidadão” considerado “inimigo interno”, as associações de classe engajadas na luta democrática, a classe trabalhadora urbana e rural, os integrantes e suspeitos de pertencerem ao PCB. Nesse caso a atuação do judiciário com essa nova “observância da lei”, garante o afastamento total do individuo caso seja ele acusado e condenado através da

*apuração sumária das irregularidades e dos crimes de qualquer espécie, lesivos aos interesses nacionais ou praticados no exercício da função pública, como exemplar punição dos responsáveis; confisco dos bens adquiridos imoral ou ilicitamente; abolição dos privilégios de classes, grupos ou famílias; destruição definitiva da máquina subversiva e ilegal dos comunistas e seus associados.*³¹

No mesmo tom de “salvadores da pátria” a Frente Militar Revolucionária (FMR) em abril de 1956 lança o seu manifesto intitulado *Ao povo brasileiro*, repudiando o governo constituído e propondo reformas saneadoras que segundo eles, seriam a solução para os problemas do Brasil:

*A Frente Militar Revolucionária obedece a princípios definidos e visa finalidades pré-determinadas, incidindo e se desenvolvendo num plano mais vasto, capaz de firmar a mística em torno da qual se conjuguem todos os esforços. Esta mística é a da formação de um Brasil grande, próspero e feliz, para o que devemos objetivar a elevação do nível moral e político da nossa gente, o aperfeiçoamento das nossas condições sociais e econômicas e o enobrecimento do nosso civismo.*³²

O apelo ao neutralismo político e ao nacionalismo, segundo o FMR, é a garantia do aperfeiçoamento das nossas condições sociais, cívicas e econômicas e também de acabar com a luta de classes,

*o nosso movimento não é um partido político; não representa uma agremiação política. É um movimento de reconquista da autoridade nacional e da harmonia das classes divididas. Não representamos interesses sectários nem partidários: só representamos os interesses nacionais.*³³

³⁰ JT dpf 1956.09.25 FGV-CPDOC. *Comunicado do Movimento de Recuperação Nacional de Março/1956, documento 02.* Arquivo pessoal do General Juarez Távora.

³¹ JT dpf 1956.09.25 FGV-CPDOC. *Comunicado do Movimento de Recuperação Nacional de Maio/1956, Boletim de informações nº 03.* Arquivo pessoal do General Juarez Távora.

³² JT dpf 1955.11.03 FGV-CPDOC. *Comunicado do Movimento Frente Militar Revolucionária Abril/1956.* Arquivo pessoal do General Juarez Távora. O mesmo manifesto também se encontra no anexo ao “Relatório Reservado” Dossiê DEOPS 50.Z.09 documento nº 310 A/B/C.

³³ JT dpf 1955.11.03 FGV-CPDOC. *Comunicado do Movimento Frente Militar Revolucionária Abril/1956.* Arquivo pessoal do General Juarez Távora. Não poderia ficar Ibidem também

Os líderes do movimento se apresentam como dispostos a tudo pela restauração da pátria e enaltecem a marinha e a aeronáutica pela tentativa de impedir a posse de Juscelino e Goulart em novembro de 1955. Consideram o governo constituído como “uma quadrilha de ladrões e toxicômanos” que provocam a ruína do Brasil se juntando ao “próprio inimigo externo do Brasil, com o qual se juntaram nas eleições e no golpe militar, conspirando com a quinta coluna comunista para desarmar e trair os seus camaradas”. Nesse sentido, pedem a união nacional em torno da autoridade militar, única capaz de expurgá-los do território brasileiro.³⁴

Considerações Finais

Estes focos de rebeldia nas Forças Armadas eram sintoma da predominância do pensamento ESGuiano a favor da tomada de poder pelos militares. Apesar do discurso democrático e *nacionalista* em prol à constituição, a idéia que o poder público e civil era extremamente corrupto, a que se somava a traição à pátria com a infiltração comunista, lhes dava o endosso para o “golpe corretivo” em nome dos verdadeiros interesses nacionais e do povo brasileiro.

Então, diante desse clima de “liberdades democráticas”, os debates em torno do movimento de 11 de novembro, que assegurou a posse de Juscelino e João Goulart, vieram a tona, mas com um viés da autocracia: ilude-se a opinião pública com a perspectiva das “liberdades democráticas”, afirmando-se que o debate sobre os motivos dos incidentes de 11 de novembro eram um atestado à legalidade constitucional, ou um ensaio de tomada do poder pela “esquerda militar”. E os truculentos teriam agido imbuídos da certeza de garantir a manutenção do Estado “democrático”, em preservar a ordem e garantir os interesses da elite, que segundo eles eram os responsáveis pelos destinos da nação.

Nesse caso, a lógica do discurso é resguardar a ordem pública em detrimento da vontade do povo, impedindo que outros atores sociais tomassem a liderança do movimento pela legalidade, onde os questionamentos sobre as péssimas condições da classe trabalhadora e as políticas adotadas pelo Estado autocrático na defesa de interesses do capital associado, poderiam ser desmistificados.

Nessa dinâmica dos fatos aqui apresentados, apesar das Forças Armadas serem

³⁴ Ibidem.

movidas por um severo código de respeito à hierarquia e disciplina militares, que em última instância representa os interesses do Estado constituído, a lógica que movimenta esse Estado autocrático burguês não é a do respeito à Constituição, mas sim a dos interesses do sistema de reprodução e acumulação de capital, sendo ele representado ou pela burguesia associada que toma as rédeas do processo da implantação do capital monopolista dependente, ou pela burguesia nacional que vislumbra o seu controle efetivo através de políticas que possam diminuir os efeitos contraditórios da “distribuição do capital”, o que os difere nada mais é do que a gestão do processo e não a sua negação.

Sendo assim, as divergências dos grupos militares nos parecem ser lastreadas pela dinâmica do sistema capitalista, em implantar as bases necessárias para a reprodução rápida dos investimentos e retorno do capital. Os internacionalistas representantes desses interesses têm urgência na implantação de políticas econômicas que garantam a liberdade do capital, abolindo as “amarras” de um “nacionalismo endógeno”, que naquele momento no processo de mundialização do capital, teria que ser abolido. No sentido dessa racionalidade sistêmica mundial, os nacionalistas estão “condenados” a serem absorvidos por essa dinâmica, refletindo assim as contradições do próprio sistema em engendrar a hegemonia de classe dentro da própria burguesia.

Talvez isso explique tanto a oposição dos nacionalistas militares, que propiciaram JK a sua “subida ao poder”, como das coligações partidárias que apoiou o seu programa de desenvolvimento, logo no início da sua gestão, que, após os seus pronunciamentos a favor da participação do capital multinacional e da centralização das ações do executivo no processo de desenvolvimento nacional, davam a certeza do seu alijamento no processo.

Bibliografia

BRANDI, Paulo. *Getúlio Vargas*. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5458_50.asp> acesso em 27/02/2009.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2005.

CHASIN, José, *A Miséria Brasileira. 1964-1994: Do Golpe Militar à Crise Social*. Santo André: Ad Hominem, 2000.

COTRIM, Ivan Imperialismo e via colonial x “teoria” da dependência, *Revista da APROPUC. Imperialismo*, Ano 6, N° 20, abril a junho, São Paulo, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Uma breve história do PTB. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13/07/2002.

NOVAES, Adelina Maria Alves. Manifesto dos generais à nação, de 22 de agosto de 1954. Apud Impasse na democracia brasileira: 1951-1955. *Coletânea de documentos*. Rio de Janeiro: FGV, 1983, p. 305.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. *A vigilância da DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil – década de 50) sistema repressivo num Estado de natureza autocrática*. Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo-SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

ROEPER, Sandro Joel Roecker. Estratégias de desenvolvimento no 2º governo Vargas (1951-1954) sob a ótica da Economia Política Dos Sistemas Mundo (EPSM). IN: *1º Colóquio Brasileiro de Economia Política dos Sistemas-Mundo*. Florianópolis: UFSC, 2007.

VIEIRA, Vera Lúcia. *Criminalização das lutas sociais em Estados autocráticos burgueses*. IN: *Xº Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*. Rosa-rio: UNR, 2005.

VIEIRA, Vera Lúcia. Texto apresentado no II Congresso Nacional e III Regional do Curso de História da UFG - Jataí, entre os dias 22 e 25 de setembro de 2009, em Jataí, Goiás, pp 13. Parte desta comunicação foi apresentada ao Congresso da Anpuh em julho de 2007.